



ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

Aos oito (8) dias do mês de maio de dois mil e dezoito (2018), às nove horas e quarenta e cinco minutos (9h45), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência do vereador Amilton Batista de Faria Filho, secretariado por Thais Gomes de Souza, Maria Geli Sanches, Elias Rodrigues Ferreira e José Fernando de Paiva. Compareceram ainda: Américo Ferreira dos Santos, Antônio Roberto Otoni Gomide, Deusmar Chaveiro de Oliveira, Domingos Paula de Souza, Elinner Rosa de Almeida Silva, Jakson Charles Oliveira Diniz Serbeto, João Batista Feitosa, João César Antônio Pereira, Jean Carlos Ribeiro, Lélío Alves de Alvarenga, Lisieux José Borges, Luiz Santos Lacerda, Luzimar Silva, Mauro José Severiano, Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior, Valdete Fernandes Moreira e Wilmar José Silvestre. Realizada a verificação dos presentes, foi constatado quórum suficiente, e a senhorita vice-Presidente declarou aberta a Sessão.-

PEQUENO EXPEDIENTE: A senhorita vice-Presidente solicitou ao vereador Pastor Wilmar Silvestre que fizesse a leitura do texto bíblico. Solicitou também à senhora Segunda Secretária, Professora Geli Sanches, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior e a Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores e aprovada. Foram lidos projetos e encaminhados às Comissões: 1- Projeto de Lei Ordinária 052/2018, de autoria do vereador Pastor Wilmar Silvestre. Dá-se o nome Praça João Miranda da Silva, no logradouro público existente entre a Avenida Oscar Niemayer e Rua Jonas Duarte com Avenida Santo Antônio e R-T no Bairro das Bandeiras, e determina outras providências. 2- Projeto de Decreto Legislativo 053/2018, de autoria do vereador Lisieux Borges. Concede o Título de Cidadão Anapolino ao senhor João Florentino, e dá outras providências. 3. Projeto de Lei Complementar 054/2018, de autoria do Prefeito Municipal. Altera a Lei Complementar nº 136/2006 – Código Tributário do Município de Anápolis, para acrescentar ao Título V o Capítulo IX-A e artigos 264-A a 264-G, bem como alterar o item 02.01 da Tabela IX, fixando o valor cobrado pelo serviço de



capinação e roçagem. - Não houve inscritos para o uso da palavra. - **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra os vereadores: JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes e explicou que esteve na reunião onde o prefeito recebeu o Sindicato dos Professores, onde também estava a Professora Geli Sanches, Jakson Charles e Amilton Filho, e pode conhecer a pauta de reivindicações, além da correção do piso. Entre elas está a diferença do piso de três por cento e setenta e cinco décimos, a progressão vertical e horizontal, as titularidades, o concurso público para professores e demais profissionais da área de educação, o pagamento das dobras e substituições dentro do mês, retorno das gratificações dos readaptados e a jornada de trabalho, que está na Justiça. Explicou que há um impasse, porque a folha está no limite, e disse que deseja que isso se resolve e se encontre um senso comum, pois os maiores prejudicados são os pais, e espera que o prefeito encontre uma garantia. Também falou sobre a audiência pública para tratar de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, e também para tratar dos conselhos tutelares, com participação dos vereadores Lélío e Professora Geli, e o juiz Carlos Limonji sugeriu a criação de um fórum, que vai acontecer agora e vai ser tirada uma carta de intenção para ser entregue ao prefeito, com todas as reivindicações e demandas dos Conselhos Tutelares. Explicou que não há dados sobre o número de crianças em situação de risco em Anápolis. Falou também sobre a intenção de uma lei que prioriza uma cota para atendimento a essas crianças pelas políticas públicas no Município. Registrou o evento que apoiou, a distribuição de lâmpadas LED para mais de trezentas famílias, pelo Programa Luz para Todos. - Assumiu a presidência o vereador Amilton Filho. - DOMINGOS PAULA DE SOUZA: Cumprimentou os presentes e em especial aos pais e mães que gostariam que seus filhos estivessem na sala de aula. *Explicou que iria usar o Grande Expediente no dia anterior, mas a Sessão foi encerrada. Explicou que deve se fazer a negociação, mas deve se dialogar até o último momento, para não prejudicar trinta e cinco mil alunos que estão sem aulas. O prefeito não deu aumento para o professor porque não tem como por causa do limite prudencial. O compromisso do prefeito é dar esse aumento*

Página 2 de 7



assim que terminar esse aumento. Parabenizou o presidente Amilton Filho e o líder Jakson Charles que marcaram a reunião com os professores para ouvirem o que estão ouvindo o vereador dizer. Contou que sua netinha lhe perguntou se os professores estão sem receber, e explicou para ela que os professores não estão sem receber, mas estão buscando reajustes. Explicou que ser professor é uma responsabilidade muito grande. Essa conversa deveria ocorrer. Quando terminar o limite prudencial, poderia se conversar a reposição, mas não deixar as salas de aula sem alunos. A maioria das escolas não entraram de greve. Pediu que se discutisse mais o assunto. Pediu que voltassem à sala de aula, porque o prefeito Roberto comprometeu a fazer o reajuste quando terminasse o limite prudencial, porque o salário não está atrasado. Após aparte da vereadora Professora Geli, explicou que o salário não está atrasado, mas a população pensa que esse é o motivo. - LISIEUX BORGES: Cumprimentou os presentes. Falou sobre a responsabilidade na fiscalização das empresas de grande porte do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) por parte da Vigilância Sanitária Municipal e do Estado. Disse ainda haver uma comissão biparte-te e tripartite para o assunto em questão. Citou alguns déficits encontrados na Vigilância Sanitária do Município que os impedem de realizar algumas atividades. Comentou sobre as reivindicações da categoria. Discorreu sobre a criação de faixas de fiscalização e da renovação do alvará. Comentou que foi feita Audiência Pública para discussão do assunto, e que foram ouvidas reivindicações e feitas às devidas correções e emendas ao projeto. Disse que espera dar continuidade na deliberação do processo no período da tarde sobre o comando da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. - ANTÔNIO GOMIDE: Cumprimentou os presentes e falou sobre a reunião dos professores com o prefeito Roberto Naves. Essa reunião e seu desdobramento deve *manter o respeito* aos professores e àquilo que foi acordado nessa Casa e nessa reunião. Os professores saíram como entraram, após o diálogo não houve nenhuma nova posição. A pauta é justa, e desde a questão de trabalho, concurso público, pagamento de dobra, o piso salarial, também são reivindicações. A reposição salarial é a mais forte, porque afeta no final do

Página 3 de 7



mês. Quando foi abordada a questão do decreto de que não se pagariam as dobras, o prefeito foi à imprensa e declarou que faria o concurso para resolver o problema, e repercutiu nessa Casa. Isso é o correto a ser feito. Esse concurso não aconteceu, e nem está sendo cogitado, como se o prefeito não tivesse dito, e compromete o que o prefeito disse em relação ao que prometeu aos professores. Quando o projeto de lei chegou a essa Casa no início do ano, tentou-se buscar uma emenda pela Professora Geli para que garantisse a complementação retroativa a partir de abril, e se lembra que não brigou pela emenda porque senão não seriam votados sequer o principal. Esse acordo foi feito com os professores e se sabia que agora o prefeito estaria encaminhando essa complementação salarial. Educação em Anápolis é um dos melhores setores, e nos últimos dez anos é modelo em relação às pré-escolas, ao plano de carreira dos professores. Os professores percebem que é perda de direitos quando se cede. Essa construção começou com o Estatuto do Professor, dando garantias para melhores condições de ensino. Isso fez o diferencial na vida dos pais dos alunos, que reconhecem a escola como um lugar melhor até que as casas deles. Explicou que não concorda com a paralisação, mas é um ato extremo, pois já se tentaram todas as vias. Contestou o argumento do prefeito do limite prudencial, pois é um absurdo. É um absurdo chamar os professores de desinformados, e essa é uma fala do secretário da Fazenda, uma pessoa que só pensa em números, em arrecadar, como se a Prefeitura fosse um banco. A Prefeitura deve pensar nas pessoas. O secretário da Fazenda não pode dar o norte da Prefeitura, mas o prefeito por meio de gestão. O secretário não é político, é para ajudar a pensar, não para decidir o que vai ser feito politicamente. Perguntou aos vereadores, e explicou que o prefeito disse nessa Casa na prestação de contas que o limite estava acima do limite, em sessenta por cento, e deu um reajuste de sete por cento de uma vez com os professores, e agora que está com cinquenta e quatro por cento, não pode dar o reajuste. O limite não impede qualquer reposição. Esse limite precisa ser alcançado no final do ano. É justa a paralisação, e espera que o prefeito abra as portas e acolha os direitos dos professores para aquilo que os

Página 4 de 7

Dr. Arupin Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

761



pais e os alunos realmente querem, estar em sala de aula com os professores com os seus direitos reconhecidos. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou os presentes e disse que professor merece respeito, e passa inclusive pela não utilização da matéria para promoção política. Explicou que tem quatro irmãs professoras, duas servidoras do Município. Na reunião do dia anterior com o prefeito, e o prefeito não deixou de dialogar, e disse que em função de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, está impedido de atender as demandas apresentadas, mas em momento algum ele teria dito que não atenderia a essas demandas. Explicou a lei, e que o prefeito pode incorrer em improbidade administrativa se não a respeitar, e o Município pode ser penalizado, e seria "ileviano" dizer o contrário disso. Declarou que o vereador que o antecedeu tentou desfigurar uma fala do prefeito a respeito do que ocorreu em janeiro. Disse que as contas fecham quadrimestralmente, e fecharam em abril. Explicou que esteve na reunião, e o que viu do sindicato foi o entendimento da matéria, que muitos não teriam. Um dos presentes teve dificuldade para entender o problema. Explicou que se observou uma falta de prática do sindicato à aplicabilidade disso, e é importante os professores saberem dessa temática. O prefeito se comprometeu a atender todas essas temáticas. Disse ainda que o sindicato estava com dificuldades de apresentar para a Assembleia que o prefeito vai atender a essas demandas quando o índice for cumprido. Disse ainda que o prefeito está atendendo a essas demandas há algum tempo. O prefeito é professor, e é a pasta onde ele não quer ter problemas. Descumprir a lei, ele não pode. Outros prefeitos podem ter descumprido, mas respondem a ações. O problema é que a lei traz vícios que atrapalham a situação. Falou sobre o problema da regência. Explicou que a reunião foi frutuosa, e acredita que a greve será encerrada, pois os professores sabem da sua importância nas salas de aula. - Foi concedido direito de respostas ao vereador Antônio Gomide. Assumiu a condução da Sessão a senhorita vice-Presidente, Thaís Souza. - AMILTON FILHO: Cumprimentou os presentes e explicou sobre a reunião entre o prefeito e os professores, e que foram quatro vereadores, e não foram todos por causa do número de

Página 5 de 7



presentes. Esse debate foi o início das negociações, e espera que em breve se chegue a bom termo. Os professores não querem a greve, mas que se ultrapasse essa questão para que possam voltar às salas de aula. Repercutiu sobre o projeto lido nessa manhã, sobre a taxa de capina e roçagem. O projeto reduz a taxa ao preço que a Prefeitura tem com esse serviço. O valor de cinquenta e dois centavos trará justiça ao valor cobrado, que era apontado como bem acima do mercado, e essa correção é retroativa a janeiro. O prazo será de noventa dias para o pagamento, e quem já tiver pago terá a chance de pedir a devolução desse valor. A redução desse valor ainda haverá esse prazo de noventa dias para o pagamento, independente do tempo da cobrança. Falou sobre a importância da discussão para a realização de novas licitações, e esse valor ainda pode ser reduzido. Explicou que pode haver erros de lançamentos, inclusive de imóveis onde já havia construções, mas erros acontecem, e orientou as pessoas a realizar o recurso, com algum indício de provas. -

ORDEM DO DIA: Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. - Assumiu a presidência o vereador Amilton Filho. Usaram a palavra pela Ordem os vereadores: Jakson Charles, Pastor Elias Ferreira, Antônio Gomide, João da Luz, Jean Carlos, Lélío Alvarenga e Jakson Charles. - Houve votação de Projetos: EM PRIMEIRA VOTAÇÃO. 1- Projeto de Lei Ordinária 014/2017, de autoria do vereador Lélío Alvarenga. Institui o símbolo e as cores oficiais do Município de Anápolis-GO, e dá outras providências. O projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes. Foi apresentada Emenda Modificativa. A Emenda foi aprovada por unanimidade dos presentes. - Assumiu a presidência da Sessão a vereadora Thaís Souza. - 2- Projeto de Lei Ordinária 010/2018, de autoria do vereador Domingos Paula de Souza. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista e técnico em optometria, a possibilidade de contratação destes profissionais pelo Município e dá outras providências. Aprovado por unanimidade dos presentes. 3- Projeto de Resolução 029/2018, de autoria do vereador Jean Carlos. Altera o artigo 102 para acrescentar o parágrafo 3º da Resolução de nº 004/15, de 02 de julho de 2015, Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis. Aprovado por

16



unanimidade dos presentes. Houve votação de Moções de Aplauso, Moções de Pesar e de Moção de Apelo. Também houve votação de Requerimentos. - Assumiu a condução da Sessão o vereador Amilton Filho. - **COMUNICAÇÕES:** Usaram a palavra os vereadores: Pastor Elias Ferreira, João Feitosa, Jean Carlos, Lélío Alvarenga e Professora Geli Sanches. - Sem mais nada a se tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, e convocou outra para o dia nove (9) de maio, em horário regimental. - Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa. *****

Amilton Filho
Presidente

Thaís Souza
Vice-Presidente

Professora Geli Sanches
Segunda Secretária

Pastor Elias Ferreira
Terceiro Secretário

Fernando Paiva
Quarto Secretário

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

LISTA DE PRESENÇA DOS VEREADORES

VIGÉSIMA NONA (29ª) SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 8 de maio de 2018

HORÁRIO: 9h30

AMÉRICO

Américo Ferreira dos Santos

ANTONIO GOMIDE

Antonio Roberto Otoni Gomide

DOMINGOS PAULA DE SOUZA

Domingos Paula de Souza

ELINNER ROSA

Elinner Rosa de Almeida Silva

JEAN CARLOS

Jean Carlos Ribeiro

JOÃO DA LUZ

João Cesar Antonio Pereira

LISIEUX BORGES

Lisieux Jose Borges

LUZIMAR SILVA

Luzimar Silva

MAURO SEVERIANO

Mauro José Severiano

TELES JÚNIOR

Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior

VALDETE FERNANDES MOREIRA

Valdete Fernandes Moreira

PASTOR WILMAR SILVESTRE

Wilmar José Silvestre

AMILTON FILHO

Amilton Batista de Faria Filho

DEUSMAR JAPÃO DO MUNICIPAL

Deusmar Chaveiro de Oliveira

PASTOR ELIAS FERREIRA

Elias Rodrigues Ferreira

JAKSON CHARLES

Jakson Charles Oliveira Diniz Serbeto

JOÃO FEITOSA

João Batista Feitosa

FERNANDO PAIVA

Jose Fernando de Paiva

LELIO ALVARENGA

Lelio Alves de Alvarenga

LUÍZ LACERDA

Luiz Santos Lacerda

PROFESSORA GELI SANCHES

Maria Geli Sanches

PEDRO MARIANO

Pedro Antonio Mariano de Oliveira

THAIS SOUZA

Thais Gomes de Souza